

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Doutor Jean Freire – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

1 – PROPOSIÇÕES DE LEI

2 – ATAS

2.1 – Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura

2.2 – Comissões

3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

3.1 – Comissões

4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 – CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO



PROPOSIÇÕES DE LEI

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 25.083

Declara de utilidade pública a Associação Central das Comunidades Veredeiras – Acever –, com sede no Município de Januária.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Central das Comunidades Veredeiras – Acever –, com sede no Município de Januária.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 13 de maio de 2022.

Deputado Agostinho Patrus – Presidente

Deputado Tadeu Martins Leite – 1º-Secretário

Deputado Carlos Henrique – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 25.084

Declara de utilidade pública a Associação Quilombola de Vila São João – AQVSJ –, com sede no Município de Berizal.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Quilombola de Vila São João – AQVSJ –, com sede no Município de Berizal.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 13 de maio de 2022.

Deputado Agostinho Patrus – Presidente

Deputado Tadeu Martins Leite – 1º-Secretário

Deputado Carlos Henrique – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 25.085

Declara de utilidade pública a Associação de Moradores Trabalhadores Rurais do Assentamento Osvaldo Vieira da Codevasf & Adjacências, com sede no Município de Brasilândia de Minas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores Trabalhadores Rurais do Assentamento Osvaldo Vieira da Codevasf & Adjacências, com sede no Município de Brasilândia de Minas.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 13 de maio de 2022.

Deputado Agostinho Patrus – Presidente

Deputado Tadeu Martins Leite – 1º-Secretário

Deputado Carlos Henrique – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 25.086

Declara de utilidade pública a entidade Conselho dos Remanescentes do Quilombo dos Palmares da Localidade Canudos/Gorutuba, com sede no Município de Jaíba.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a entidade Conselho dos Remanescentes do Quilombo dos Palmares da Localidade Canudos/Gorutuba, com sede no Município de Jaíba.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 13 de maio de 2022.

Deputado Agostinho Patrus – Presidente

Deputado Tadeu Martins Leite – 1º-Secretário

Deputado Carlos Henrique – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 25.087

Declara de utilidade pública a Associação Amigos do Bairro Umuarama – Asbu –, com sede no Município de Uberlândia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Amigos do Bairro Umuarama – Asbu –, com sede no Município de Uberlândia.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 13 de maio de 2022.

Deputado Agostinho Patrus – Presidente

Deputado Tadeu Martins Leite – 1º-Secretário

Deputado Carlos Henrique – 2º-Secretário

**ATAS**

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA EM 12/5/2022

Presidência do Deputado Antonio Carlos Arantes

Sumário: Comparecimento – Falta de Quórum – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e a deputada:

Antonio Carlos Arantes – Doutor Jean Freire – Alencar da Silveira Jr. – Arlen Santiago – André Quintão – Bartô – Bosco – Celinho Sintrocel – Charles Santos – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Duarte Bechir – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Hely Tarquínio – João Leite – Laura Serrano – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães.

Falta de Quórum

O presidente (deputado Antonio Carlos Arantes) – Às 14h4min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as deputadas e os deputados para a ordinária de terça-feira, dia 17, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada será publicada na edição do dia 17/5/2022.).

ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CPI DA CEMIG NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 3/11/2021

Às 14h9min, comparecem à reunião a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Cássio Soares, Professor Cleiton, Sávio Souza Cruz, Zé Guilherme e Zé Reis, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cássio Soares, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência de convidados, a ouvir o Sr. Luis Paroli Santos, ex-presidente da Light, na condição de testemunha, para esclarecer os fatos investigados nesta comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Sr. Aislan de Queiroga Trigo, secretário-geral da OAB-SP, prestando informações relativas ao Requerimento em Comissão nº 9.948/2021, e *e-mails* recebidos por meio do “Fale com as Comissões” (SIC nºs 93701 e 93976). A presidência informa ainda que, por solicitação dos deputados Zé Guilherme, Zé Reis, Tito Torres e Roberto Andrade, a oitiva do Sr. Márcio Luiz Simões Utsch foi adiada. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.714/2021, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Professor Cleiton e do Sávio Souza Cruz, em que requerem a convocação das pessoas a seguir indicadas, diretores da AEC Centro de Contratos S.A., na condição de testemunhas, para prestarem depoimento perante esta comissão: Ricardo Falci Sousa, Gustavo Antônio Wanderley Teixeira, João Luiz Noronha, Celso Mateus Raphael Ramiro, Raphael Ribeiro Dualibi, Luciano Rodrigues da Silva e Gustavo Cavalcanti Moraes;

nº 10.715/2021, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Professor Cleiton e Sávio Souza Cruz, em que requerem seja convocado o Sr. Hudson Felix Almeida, diretor adjunto de Gestão de Pessoas da Cemig, na condição de testemunha, a fim de

prestar novo depoimento perante a comissão, para que possa dar mais detalhes sobre fatos envolvendo objetos de investigação, especialmente sobre documentos e informações obtidos posteriormente a sua primeira oitiva;

nº 10.716/2021, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Professor Cleiton e Sávio Souza Cruz, em que requerem sejam requisitadas ao diretor-presidente da Cemig informações detalhadas sobre os gastos com publicidade institucional realizados nos últimos dois anos, especificando-se os valores, as empresas contratadas e o objeto resumido das contratações.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de novembro de 2021.

Cassio Soares, presidente.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 30/3/2022

Às 14h7min, comparecem à reunião, presencialmente, o deputado Léo Portela, e, de forma remota, os deputados Celinho Sintrocel e Duarte Bechir, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Léo Portela, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de *e-mails* das Sras. Marly Claudina do Amaral, solicitando melhoria das condições de tráfego e liberação dos pontos de retenção e das interdições parciais e totais nas rodovias federais no Estado, com atenção especial para a BR-381; Maria José da Fonseca Diniz Oliveira, solicitando melhoria das condições de tráfego na BR-381, e dos Srs. Alessandro Benevides de Almeida, solicitando o cumprimento do quadro de horários da linha 411-C no Terminal São Benedito, em Santa Luzia; Mauro Gonçalves Félix, solicitando a recuperação da ponte localizada na Rua Abel Saturnino Melo, no Bairro Mingu; Junior Silva, solicitando o seguinte: inclusão do Terminal Metropolitano São Gabriel no edital de concessão dos terminais do Move Metropolitano; pavimentação asfáltica da BR-381 no Bairro Borba Gato, em Sabará; pavimentação da rodovia que liga o Município de Sabará à BR-381, próximo ao Distrito de Ravena; inclusão da integração operacional e tarifária do metrô com as linhas metropolitanas que tiverem acesso à estação desse modal, na proposta para integração operacional e tarifária do transporte na Grande BH, que será discutida entre o governo do Estado e as prefeituras; cumprimento do quadro de horários da Linha 4872 Ravena/Terminal São Gabriel; realização de audiência pública para discutir a fiscalização no transporte público metropolitano; e solução dos problemas de vazamento de água e goteiras no Terminal São Gabriel; Lucas Silva, melhorias no sistema Move Metropolitano, principalmente em relação à superlotação dos veículos e ao cumprimento do quadro de horários; e Claudio Alexandre Lima, a pavimentação da Rodovia MG-437, que liga Nova Lima a Sabará. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relator o deputado Duarte Bechir: Projetos de Lei nºs 294 e 785/2019, no 1º turno, e 1.221/2019, em turno único. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 2.471/2021 na forma do Substitutivo nº 2 (relator: deputado Charles Santos), 2.855/2021 na forma do Substitutivo nº 1 (deputado Duarte Bechir), 2.947/2021 com a Emenda nº 1, votada em separado (relator: deputado Celinho Sintrocel), e 3.295/2021 (deputado Duarte Bechir) que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 10.324, 10.463, 10.464, 10.465, 10.467, 10.486, 10.510, 10.558, 10.561, 10.577, 10.582, 10.606, 10.610, 10.613, 10.617, 10.623, 10.690, 10.701 e 10.745/2022. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Registra-se a presença do deputado Charles Santos. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 11.458/2022, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade e ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre o orçamento executado para construção, a manutenção e a adequação de rodovias nos anos de 2021 e 2022, com o detalhamento sobre as ações efetivamente realizadas e os valores pagos, e sobre a destinação dos recursos do Acordo da Vale, aprovado por crédito suplementar na Lei nº 23.830, de 2021, que garantiu o valor de R\$250 milhões para que o DER realizasse intervenções pelo Estado, no âmbito da ação “Recuperação e manutenção da malha viária”;

nº 11.459/2022, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento de Edificações Estrada e Rodagem pedido de informações sobre o orçamento executado para a construção, a manutenção e a adequação de rodovias nos anos de 2021 e 2022, com o detalhamento sobre as ações efetivamente realizadas e os valores pagos, e sobre a destinação dos recursos do Acordo da Vale, aprovado por crédito suplementar na Lei nº 23.830, de 2021, que garantiu o valor de R\$250 milhões para que o DER realizasse intervenções pelo Estado, no âmbito da ação “Recuperação e manutenção da malha viária”;

nº 11.461/2022, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para a realização, de forma emergencial, de operação tapa-buracos e recapeamento da MG-232, no trecho que liga Santana do Paraíso a Braúnas, passando por Mesquita e Joanésia;

nº 11.468/2022, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais pedido de providências para que sejam feitos reparos de caráter emergencial na MG-320, que liga a BR-381 a BR-262, passando por Jaguarapu, Marliéria, Dionísio e São José do Goiabal, com objetivo de conter e de evitar os deslizamentos e desmoronamentos que interditam a via de forma recorrente e colocam em risco a vida daqueles que passam nos trechos, por meio de operação tapa-buraco, recapeamento, contenção de encostas, correções em obras de arte e outras medidas necessárias para a garantia de um tráfego seguro e regular, em especial no trecho mais crítico, entre Jaguarapu e Marliéria;

nº 11.504/2022, do deputado Charles Santos, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações consubstanciadas no cronograma de obras dos recursos oriundos do acordo judicial celebrado com a mineradora Vale no Estado, inclusive com detalhamento dos municípios beneficiados e a respectiva obra em cada cidade;

nº 11.505/2022, do deputado Charles Santos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para o início imediato das obras na Rodovia MG-060, no trecho entre o Município de Esmeraldas e São José da Varginha, com aproximadamente 32 km de extensão, uma vez que está cada vez mais inviável o tráfego no local de veículos de passeio e caminhões que abastecem toda a região;

nº 11.506/2022, do deputado Charles Santos, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para que o trecho entre os quilômetros 1 e 12 da BR-369 sejam imediatamente objeto de obras de manutenção, pois a população local dos Municípios de Oliveira e São Francisco de Paula e cidades adjacentes tem reclamado que não há condições de uso, devido à existência de inúmeros buracos que colocam em risco a vida dos cidadãos que usam a referida via;

nº 11.544/2022, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – e à Companhia de Saneamento de Minas Gerais em Ipatinga pedido de providências para acelerarem os estudos geológicos e a pesquisa de alternativas para captação de água para abastecimento humano, de forma dar fim à captação exclusiva de água através de balsa no Rio Piracicaba;

nº 11.545/2022, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais, em Belo Horizonte, e à Companhia de Saneamento de Minas Gerais, em Ipatinga, pedido de providências para ampliarem a atenção e os investimentos da empresa em Antônio Dias e seus distritos, com vistas a regularizar e melhorar os serviços de

fornecimento de água para a população, por meio da eliminação dos problemas de falta d'água no município, que se arrastam há 30 anos, e os problemas decorrentes das terceirizações dos serviços que comprometem o atendimento da comunidade, a exemplo da terceirização dos carros-pipas, e da ampliação do quadro de servidores da empresa no município;

nº 11.546/2022, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais, em Belo Horizonte, e à Companhia de Saneamento de Minas Gerais, em Ipatinga, pedido de providências para garantirem um abastecimento de água regular e permanente na Comunidade do Rosário – Serra Verde;

nº 11.547/2022, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais, em Belo Horizonte, e à Companhia de Saneamento de Minas Gerais, em Ipatinga, pedido de providências para a célere apresentação de um cronograma físico-financeiro e de um calendário de trabalho com vistas a garantir o abastecimento de água regular nos Distritos de Hematita, Severo, Porteira Grande e Vila Carvalho;

nº 11.565/2022, do deputado Bosco, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação da BR-452, que liga Araxá a Uberlândia, e os serviços de recuperação e concessão da referida rodovia;

nº 11.569/2022, do deputado Alencar da Silveira Jr., em que requer seja realizada audiência pública para debater a possibilidade da revogação do reajuste promovido pelo governo do Estado, por meio da Resolução da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – nº 6/2022;

nº 11.570/2022, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – Dnit – pedido de providências para que sejam realizadas ações de mitigação do impacto da obra realizada na Rodovia BR-381, próxima ao Bairro Borba Gato, em Sabará, em especial com relação ao trânsito e a sucessivos alagamentos;

nº 11.571/2022, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte pedido de informações sobre o cronograma das obras que estão sendo realizadas na Rodovia BR-381, próximas ao Bairro Borba Gato, no Município de Sabará, e sobre as medidas adotadas para mitigar os impactos das obras para a população da região, em especial os relacionados ao trânsito e a alagamentos;

nº 11.582/2022, da deputada Leninha, em que requer seja encaminhado à Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit – no Estado de Minas Gerais, à Concessionária da Rodovia Via 040 Invepar, em Nova Lima, e à Prefeitura Municipal de Carandaí pedido de providências para a reconstrução de um quebra-molas na altura da Comunidade de Pedra do Sino, no Município de Carandaí;

nº 11.584/2022, da deputada Leninha, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra –, ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para o imediato recapeamento das seguintes rodovias: MG-122, entre os Municípios de Janaúba e Espinosa; AMG-900-3215, que liga os Municípios de Serranópolis de Minas e Porteirinha; BR-251, que liga os Municípios de Porteirinha e Riacho dos Machados; e MG-122, até o Município de Pai Pedro, que se encontram em verdadeira situação de calamidade pública prejudicando toda a população dessa região de Minas Gerais;

nº 11.601/2022, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações Estrada e Rodagem em Belo Horizonte pedido de providências para o recapeamento da Rodovia MG-290, sobretudo para a realização de serviços de tapa-buraco nos trechos da rodovia com situação mais crítica;

nº 11.681/2022, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater os danos causados aos moradores de Ouro Preto pela ausência de radares e quebra-molas no trecho da BR-356 no município;

nº 11.683/2022, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado à Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit – no Estado pedido de providências para que promova a instalação de redutores de velocidade ao longo da BR-356, entre Ouro Preto e Itabirito, especialmente, próximo à entrada do acesso ao Distrito de Amarantina, em Ouro Preto, altura do Km 68, considerando-se o volume de veículos e pedestres que transitam naquele local;

nº 11.686/2022, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado à Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit – em Belo Horizonte pedido de providências para a imediata conclusão das obras de reparação dos trechos ao longo da BR-356, entre Nova Lima, Ouro Preto e Itabirito, atingidos pelas fortes chuvas que assolaram a região, em vista dos riscos que o estado de degradação dessas vias representam para os seus usuários;

nº 11.687/2022, do deputado Betinho Pinto Coelho, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação dos táxis metropolitanos no Aeroporto Internacional de Belo Horizonte, em Confins, e a renovação da frota;

nº 11.696/2022, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG –, à Polícia Civil de Minas Gerais e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para a extensão do prazo para renovação da CNH, bem como do prazo de validade do Certificado de Registro e do Licenciamento Anual, e a suspensão da cobrança de diárias pela permanência de automóveis nos pátios de remoção e guarda de veículos, enquanto durar o movimento paredista da Polícia Civil e até o pleno reestabelecimento do atendimento ao público;

nº 11.723/2022, do deputado Cleitinho Azevedo, em que requer seja realizada audiência pública para debater a concessão da rodoviária de Belo Horizonte, de terminais metropolitanos, estações do Move, entre outros serviços, a fim de que a população possa conhecer as vantagens e desvantagens das parcerias público-privadas a serem implementadas;

nº 11.727/2022, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater as dificuldades enfrentadas pelos moradores do Bairro Vale do Sol, no Município de Nova Lima, ocasionadas pela morosidade das obras de drenagem, pavimentação e de manutenção de vias, em execução na localidade;

nº 11.739/2022, da deputada Leninha, em que requer seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa –, ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Governo – Segov –, à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – e à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede – pedido de providências com vistas a que Copasa tome providências para evitar cobrança indevida nas contas de água, ocasionada por possível entrada de ar nas redes das residências da Região Metropolitana de Belo Horizonte após a interrupção do abastecimento de água proposta no sistema de rodízio de racionamento, em consequência do rompimento da adutora do Sistema Serra Azul, que passa sobre o Rio Paraopeba;

nº 11.766/2022, da deputada Ana Paula Siqueira e do deputado Bernardo Mucida, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para que seja executada a pavimentação da Rodovia LMG-790, no trecho entre Nova Era e Santa Maria de Itabira;

nº 11.767/2022, da deputada Ana Paula Siqueira e do deputado Bernardo Mucida, em que requerem seja encaminhado ao Ministério da Infraestrutura em Brasília e à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT – pedido de providências para que o reestudo da modelagem técnica e econômica da concessão dos trechos da BR-381 e da BR-262 – que se tornou obrigatório após o cancelamento do leilão de sua concessão, previsto para o dia 25 de fevereiro de 2022 – seja célere e, ao mesmo tempo, envolva todos os atores potencialmente interessados, como prefeituras, associações municipais, ONGs, empresas da construção civil, parlamentares e associações empresariais e laborais das regiões atravessadas por essas rodovias;

nº 11.768/2022, da deputada Ana Paula Siqueira e do deputado Bernardo Mucida, em que requerem seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – Dnit – pedido de providências para a reconstrução, de forma urgente e definitiva, do trecho da BR-381 destruído após as fortes chuvas ocorridas no mês de janeiro de 2022;

nº 11.783/2022, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja realizada audiência pública em Contagem para debater a situação do transporte público municipal e intermunicipal no município;

nº 11.822/2022, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater a deficiência do transporte público na Região Metropolitana de Belo Horizonte;

nº 11.902/2022, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – e ao Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros Metropolitano – Sintram – pedido de providências para o retorno da tabela de horários da linha 501 (Morro Alto – Belo Horizonte), vigente no período anterior à pandemia, considerando-se o retorno das atividades presenciais e a normalização de todos os serviços;

nº 11.937/2022, do deputado Léo Portela, em que requer seja encaminhado à Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU – pedido de providências com vistas à inclusão do Terminal São Gabriel no edital de concessão dos terminais do Move Metropolitano;

nº 11.938/2022, do deputado Léo Portela, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para possibilitar a inclusão do Terminal São Gabriel no edital de concessão dos terminais e das estações do Move Metropolitano;

nº 11.939/2022, do deputado Léo Portela, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para que seja fiscalizado o cumprimento do quadro de horários da linha 411-C no Terminal São Benedito, em Santa Luzia;

nº 11.940/2022, do deputado Léo Portela, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Nova Lima pedido de providências para a recuperação da ponte localizada na Rua Abel Saturnino Melo, no Bairro Mingu;

nº 11.941/2022, do deputado Léo Portela, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para a pavimentação da rodovia que liga o Município de Sabará à BR-381, próximo ao Distrito de Ravena;

nº 11.942/2022, do deputado Léo Portela, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade e à Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte pedido de providências para a inclusão da integração operacional e, principalmente, tarifária do metrô com as linhas metropolitanas que tiverem acesso a alguma estação desse modal, na proposta para integração operacional e tarifária do transporte na Grande BH, que será discutida entre o governo do Estado e as prefeituras;

nº 11.943/2022, do deputado Léo Portela, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para sanar os problemas de vazamento de água e de goteiras no Terminal São Gabriel;

nº 11.944/2022, do deputado Léo Portela, em que requer seja encaminhado ao departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para a pavimentação da Rodovia MG-437, que liga Nova Lima a Sabará;

nº 11.945/2022, do deputado Léo Portela, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para a promoção de melhorias no sistema Move Metropolitano, principalmente em relação à superlotação dos veículos e ao cumprimento do quadro de horários;

nº 11.946/2022, do deputado Léo Portela, em que requer seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes pedido de providências para promover a melhoria das condições de tráfego e a rápida liberação dos pontos de retenção e das interdições parciais e totais nas rodovias federais no Estado, com atenção especial para a BR-381;

nº 11.947/2022, do deputado Léo Portela, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para a rápida liberação dos pontos de retenção e das interdições parciais e totais nas rodovias sob jurisdição estadual.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2022.

Charles Santos, presidente – Celinho Sintrocel – Thiago Cota.

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 20/4/2022

Às 14h10min, comparecem à reunião as deputadas Andréia de Jesus e Beatriz Cerqueira e o deputado Marquinho Lemos, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Andreia de Jesus, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência de convidados, debater a Resolução Conjunta da Sedese/Semad nº 1, de 4 de abril de 2022, que regulamenta a Consulta Livre, Prévia e Informada – CLPI –, para consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente, visando garantir os direitos humanos inerentes aos povos e comunidades tradicionais do Estado. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 10.835/202. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 12.018/2022, da deputada Leninha, em que requer seja realizada audiência pública para debater, na perspectiva dos direitos humanos, a importância das Assessorias Técnicas Independentes – ATIs – para a efetivação do direito à reparação integral dos crimes praticados pelas mineradoras em Minas Gerais;

nº 12.029/2022, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para que sejam os quilombos do Estado de Minas Gerais providos com internet banda larga, de forma a facilitar o acesso das populações quilombolas aos serviços públicos, garantindo-se assim seus direitos e sua dignidade;

nº 12.030/2022, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Associação da Resistência Afro-Brasileira Centro Espírita de Umbanda Pai Xangô-Mãe Nenzinha, pelos mais de 50 anos de atuação na promoção da cultura e da religiosidade negra no Município de Sete Lagoas;

nº 12.031/2022, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Federação Esportiva, Recreativa, Cultural e Educativa de Assistência Social Zizi Lourenço – Ferceaszilo –, pelos dez anos de atuação social e comunitária no Município de Sete Lagoas;

nº 12.032/2022, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Associação Caravana de Reis São Vicente de Paula – Folia de Reis, na pessoa de seu presidente, Sr. Ronaldo Geraldo Vicente Silva, por mais de 30 anos de promoção da cultura popular de matriz africana;

nº 12.033/2022, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Associação de Resistência Afro Nzo Kiambeto Njimbo – Casa da Sagrada Riqueza –, na pessoa do Sr. Nzo Kiambeto Njimbo, por contribuir com as políticas públicas de matriz africana no Município de Sete Lagoas, em 15 anos de história e de luta;

nº 12.034/2022, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Associação da Resistência Afro-Brasileira Centro Espírita de Umbanda Pai Oxalá – Areceupo – Sete Lagoas –, na pessoa de seu dirigente, Pai Fábio de Oxalá, por sua contribuição com as políticas públicas de direitos humanos e ações que fortalecem a cultura do povo preto;

nº 12.035/2022, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Antonio Cleber Miranda Souza, pelo importante trabalho desenvolvido como diretor da Escola Municipal Vander de Abreu Faustino, em Ribeirão das Neves, sempre trabalhando na promoção e defesa dos direitos humanos das juventudes negras e periféricas;

nº 12.036/2022, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Natanael Barros Pereira, por seu trabalho de excelência como diretor da Escola Estadual Romualdo José da Costa, em Ribeirão das Neves, sempre primando pela defesa dos direitos humanos dos jovens negros e periféricos;

nº 12.038/2022, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Centro Espírita Vovó Maria Conga de Angola, pela relevante atuação na garantia dos direitos humanos, através de trabalhos sociais no Município de Capim Branco;

nº 12.039/2022, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com Grupo de Hip Hop Inviktoz pela relevante atuação para assegurar os direitos humanos da juventude negra de Sete Lagoas, durante mais de 7 anos;

nº 12.040/2022, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Associação Cultural Quintal do Boi da Manta, dirigida por Paulinho do Boi (Paulo Henrique de Souza), pela relevante atuação na garantia dos direitos humanos através de aulas de expressões folclóricas, oficinas de teatro e apresentações de cunho cultural;

nº 12.041/2022, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Guarda de Moçambique Nossa Senhora da Conceição de Sete Lagoas, cujo capitão e fundador é o Mestre Manoel, pelos mais de 50 anos de tradição na garantia dos direitos humanos da população negra;

nº 12.042/2022, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Movimento LGBTQIA+ de Sete Lagoas, fundado e presidido por Fábio Paiva, pela relevante atuação na garantia dos direitos humanos e na luta contra a discriminação dessa população no Estado;

nº 12.043/2022, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Associação de Capoeira Afro-Brasileira Chocalho de Ouro – Acaco –, presidida por Magno Rezende Paiva (Mestre Jaburu), pela relevante atuação na garantia dos direitos humanos através da prática da capoeira no Município de Pompéu;

nº 12.044/2022, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Cia. de Capoeira Mestre Godoy pelo relevante trabalho que vem realizando, desde 1997, na garantia dos direitos humanos através da inclusão social de crianças, jovens e adultos mediante a prática da capoeira como instrumento de riqueza, cultura e socialização;

nº 12.045/2022, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Paulo César Ferreira da Silva pela relevante atuação como curador dos Direitos Humanos e da Saúde da Comarca de Sete Lagoas;

nº 12.046/2022, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Guarda do Congo de São Cristóvão pela relevante atuação na garantia dos direitos humanos da população negra;

nº 12.047/2022, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Sra. Cleide Nepomuceno pela relevante atuação na garantia dos direitos humanos por meio da Defensoria Pública de Minas Gerais;

nº 12.048/2022, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Guarda Civil Municipal de Sete Lagoas pela relevante atuação na garantia dos direitos humanos no âmbito da segurança pública;

nº 12.054/2022, da deputada Leninha, em que requer seja realizada audiência pública para debater a denúncia de violência contra as famílias sem terra que ocuparam a Fazenda Santa Cecília Belvale, da empresa Siderpa Energética e Agropastoril Ltda., localizada no Município de Gameleiras, Norte do Estado;

nº 12.065/2022, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja realizada visita à Penitenciária José Edson Cavalieri, no Município de Juiz de Fora, para verificar as condições carcerárias e apurar possíveis violações de direitos humanos;

nº 12.066/2022, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Contagem para debater os impactos do traçado do rodoanel metropolitano para a população, sob a perspectiva do direito humano à moradia;

nº 12.081/2022, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para que sejam adotadas as medidas necessárias quanto aos dois casos de raiva humana identificados na reserva indígena Maxacali, no Município de Bertópolis, no Vale do Mucuri, entre as quais a vacinação imediata de animais domésticos e humanos da comunidade atingida e de comunidades vizinhas; disponibilização de soro antirrábico nas unidades de saúde locais; realização de ações educativas com objetivo de alertar as pessoas sobre a doença, sua transmissão e as medidas de prevenção e controle da raiva; e busca e monitoramento de pessoas que possam ter sido expostas ao mesmo risco dos contaminados.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Alenice Baeta, representante do Cedefs; Ana Cláudia da Silva Alexandre Storch, defensora pública da Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais; Adair Pereira de Almeida, representante do Conselho Comunitário do Território Tradicional Geraizeiro de Vale das Cancelas; Anna Carolina da Motta Dal Pozzolo, subsecretária de Regularização Ambiental da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad –, representando a secretária; Layza Queiroz Santos, advogada do Coletivo Margarida Alves; Sandra Maria da Silva Andrade, coordenadora executiva da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas; Beatriz Borges Bastos, cientista social e coordenadora da equipe de Povos e Comunidades Tradicionais/Aedas; Carmem Dolores Ferreira Gouveia, representante do Movimento dos Atingidos por Barragem – Mab; e os Srs. Duílio Silva Campos, subsecretário de Direitos Humanos da Secretaria de Estado e Desenvolvimento Social – Sedese –, representando a secretária; Frei Gilvander Luis Moreira, coordenador da Comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais – CPT-MG; Matheus de Mendonça Gonçalves Leite, professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e representante da Federação Quilombola do Estado de Minas Gerais – N'Golo; Josimar Pereira de Melo, representante da comunidade tradicional Geraizeira e Vacariana do Mororó; Daniel dos Santos Gonçalves, diretor de Estratégia e Regularização da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad. A presidenta, autora do requerimento que deu origem aos debates, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2022.

Andréia de Jesus, presidente.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Beatriz Cerqueira e Ione Pinheiro e os deputados Duarte Bechir, Glaycon Franco, Raul Belém e Roberto Andrade, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 16/5/2022, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a

recomposição dos quadros de servidores da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – e o fortalecimento de sua estrutura administrativa.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2022.

João Magalhães, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco os deputados Charles Santos, Bruno Engler, Cristiano Silveira, Glaycon Franco, Guilherme da Cunha e Zé Reis, membros da supracitada comissão, para as reuniões a serem realizadas em 16/5/2022, às 14 horas e às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 3.711/2022, do deputado Hely Tarquínio, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2022.

Sávio Souza Cruz, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Nos termos regimentais, convoco a deputada Laura Serrano e os deputados Betão, Coronel Sandro e Professor Cleiton, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 16/5/2022, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a situação dos professores e especialistas em afastamento preliminar para aposentadoria, das unidades do Colégio Tiradentes, que tiveram seu direito à aposentadoria negado em função de erros administrativos e situação envolvendo a aplicação da Lei nº 100.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2022.

Beatriz Cerqueira, presidenta.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 5.240/2018

Comissão de Desenvolvimento Econômico

Relatório

De autoria do deputado Antonio Carlos Arantes, a proposta em análise dispõe sobre a Política Estadual do Biogás e do Biometano e adota outras providências.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça, de Minas e Energia e de Desenvolvimento Econômico. Em sua análise preliminar, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. Por seu turno, a Comissão de Minas e Energia opinou pela aprovação da proposição na forma do Substitutivo nº 2, que apresentou.

Vem agora a proposição a esta comissão para dela receber parecer, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, XIII, “a” do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em análise pretende instituir a Política Estadual do Biogás e do Biometano. Para tanto, estabelece princípios, regras, obrigações, instrumentos de organização, incentivos, fiscalização e apoio às cadeias produtivas, visando ao enfrentamento das mudanças climáticas e à promoção do desenvolvimento regional com sustentabilidade ambiental, econômica e social.

Em seu art. 2º, o projeto traz uma série de conceitos relacionados à cadeia produtiva do biogás e o de biometano. O art. 3º da proposição dispõe sobre gestão de resíduos. O art. 4º, por sua vez, dispõe sobre licenciamento ambiental e sanitário. Já o art. 5º trata de normas de segurança. Os arts. 6º a 8º dispõem sobre o fomento à inovação tecnológica no setor.

A Comissão de Constituição e Justiça, em sua análise preliminar, não verificou problemas jurídicos quanto à iniciativa parlamentar para deflagrar a matéria, nem quanto à competência legislativa sobre o tema. Entretanto, apresentou um substitutivo com finalidade de aperfeiçoar menções a matérias de competência de agências reguladoras ou de atribuição do Poder Executivo, bem como para aprimorar a proposição e adequá-la aos princípios da técnica legislativa.

A Comissão de Minas e Energia, após traçar profícua análise da legislação federal e estadual que regulamenta o biogás em seu parecer, apresentou o Substitutivo nº 2, com mesma estrutura básica do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, mas com melhorias na redação dos principais conceitos relacionados à Política Estadual do Biogás.

No que se refere ao mérito econômico da proposta, registramos que é de fundamental importância para o progresso o incentivo ao biogás, sobretudo neste momento em que o País e o mundo vivenciam uma crise energética. Na qualidade de potência mundial do agronegócio, o Brasil é grande gerador de produtos e resíduos orgânicos, e é de fundamental relevância que a transformação desses em energia limpa e sustentável seja incrementada.

Diante do exposto, elogiamos o autor pela iniciativa e opinamos pela aprovação da proposição, na forma do substitutivo nº 2, aprovado pela Comissão de Minas e Energia.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.240/2018, em 1º turno, na forma do Substitutivo nº 2, apresentado pela Comissão de Minas e Energia.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2022.

Thiago Cota, presidente – Fábio Avelar de Oliveira, relator – Professor Irineu.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 2.840/2021

Comissão de Desenvolvimento Econômico

Relatório

De autoria do deputado Professor Wendel Mesquita, o Projeto de Lei nº 2.840/2021 dispõe sobre a realização de sessões de cinema adaptadas para pessoas com transtorno do espectro autista e suas famílias.

A proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça, de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e de Desenvolvimento Econômico. Examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, esta concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Por sua vez, a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência opinou pela aprovação do projeto de lei, na forma do Substitutivo nº 2, que apresentou.

Compete agora a esta comissão emitir parecer quanto aos aspectos econômicos da proposição, em cumprimento do disposto no art. 188, combinado com o art. 102, XIII, “a” do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em análise determina a realização, em todas as salas de cinema do Estado, no mínimo uma vez por mês, de sessões para crianças e adolescentes com transtorno do espectro autista – TEA – e suas famílias. A iniciativa dispõe que essas sessões devem ser adaptadas de maneira a propiciar maior conforto para esse público, com ausência de publicidade comercial, redução da intensidade das luzes e do som e permissão de livre circulação pelo interior da sala. Dispõe ainda que os filmes sejam apropriados às pessoas com TEA e que seja afixado na entrada da sala de exibição o símbolo mundial do espectro do autismo.

De acordo com o autor da matéria, o público com TEA enfrenta grandes desafios para acesso às salas de cinema: “a hiperatividade, a sensibilidade auditiva e visual, a dificuldade de concentração e a necessidade de permanecer sentado por longo tempo torna uma sessão convencional de cinema, para essas pessoas, um desafio por vezes intransponível”.

A Comissão de Constituição e Justiça considerou que o projeto é ressonante com a Lei Federal nº 10.098, de 19/12/2000, que estabelece diretrizes para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência em várias áreas. Entretanto, constatou algumas barreiras de ordem jurídico-constitucional e de técnica legislativa no texto original da proposição e, para saná-los, apresentou o Substitutivo nº 1. A comissão de mérito concordou com os argumentos da primeira comissão, além de considerar pertinente a solução de inserir dispositivos em forma de diretrizes na Lei nº 13.799, de 21/12/2000, que institui a política estadual dos direitos da pessoa com deficiência.

Entretanto, a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência avaliou serem necessários aprimoramentos no texto do Substitutivo nº 1, em razão de considerar inconveniente detalhar medidas específicas para adaptação das sessões de cinema a crianças e adolescentes com TEA, uma vez que a lei estadual que se pretende alterar destina-se a todo o grupo de pessoas com deficiência. Diante disso, apresentou o Substitutivo nº 2.

O segundo texto substitutivo visou inserir, na lei estadual, o objetivo de promoção da participação das pessoas com deficiência em eventos culturais, exposições, sessões de cinema e de teatro e espetáculos musicais, especificando que as medidas poderão incluir o incentivo à realização de sessões de cinema adaptadas às características de pessoas com transtorno do espectro do autismo ou outras deficiências que acarretem hipersensibilidade sensorial, abertas à participação do público em geral.

Do ponto de vista da microeconomia do segmento de cinemas, não entendemos haver desincentivo econômico aos empreendimentos, dados os termos de referência adotados no texto do Substitutivo nº 2, que tem natureza essencialmente inclusiva e não obrigatória e que delega à iniciativa particular a possibilidade de criação de mecanismos de inclusão do público destinatário no ambiente cultural de negócios representado pelas salas de cinema.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.840/2021, na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2022.

Thiago Cota, presidente e relator – Fábio Avelar de Oliveira – Professor Irineu.



CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO

CORRESPONDÊNCIA

– O 1º-secretário despachou, em 12/5/2022, a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Ministério Público de Minas Gerais, prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 6.374 e 6.375/2020, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se aos referidos requerimentos.)

Da Secretaria de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.350/2022, da Comissão de Educação. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.370/2021, da deputada Ana Paula Siqueira. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.527/2022, da Comissão de Educação. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.673/2022, da Comissão de Educação. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.718/2022, da Comissão de Educação. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.719/2022, da Comissão de Educação. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.464/2022, do deputado Bosco. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.464/2022, do deputado Bosco. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.510/2022, do deputado Bosco. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.745/2022, do deputado Bosco. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.745/2022, do deputado Bosco. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.465/2022, do deputado Bosco. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.467/2022, do deputado Duarte Bechir. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.558/2022, do deputado Elismar Prado. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.558/2022, do deputado Elismar Prado. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.577/2022, do deputado Charles Santos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.610/2022, da Comissão de Administração Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.866/2022, da Comissão de Transporte. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.867/2022, da Comissão de Transporte. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Julio Cesar Moraes Gontijo, presidente da Câmara Municipal de Carmo do Paranaíba, solicitando o apoio desta Casa para a derrubada do veto à estadualização da estrada que liga Carmo do Paranaíba a Serra do Salitre. (– Anexe-se ao Veto nº 30/2021.)

Cel. PM Ailton Cirilo da Silva, presidente da Associação dos Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais, encaminhando manifestação da entidade pela rejeição do Veto nº 33/2021. (– Anexe-se ao referido veto.)